

Senado condiciona negociação de títulos a reconhecimento judicial

Papéis que haviam sido suspensos pela CPI dos Precatórios poderão voltar a ser negociados, desde que a Justiça os considere válidos. Decisão foi tomada após longa discussão no plenário



O plenário aprovou o substitutivo que permite o refinanciamento dos títulos em até 120 parcelas iguais e sucessivas

O Senado decidiu ontem autorizar o refinanciamento dos títulos cuja negociação havia sido suspensa pela CPI dos Precatórios, desde que tenham sua validade reconhecida pela Justiça. No debate que antecedeu a votação, o senador Roberto Requião afirmou que a emissão desses papéis resultou da ação de "uma cadeia de estelionatários". O senador José Fogaça, autor de substitutivo à proposta original, defendeu sua aprovação, salientando que só os papéis reconhecidos pelo Judiciário poderão ser negociados. "Ninguém mais vai receber se for detentor de má-fé", garantiu.

PÁGINA 3

João Alberto aguarda decisão do STF para divulgar relatório

Documento usa dados obtidos com a quebra de sigilo de alguns investigados pela CPI.

PÁGINA 5

CPI recorre à polícia para localizar empresários

O presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet, decidiu pedir ajuda à Polícia Federal e à Polícia Fazendária para comunicar aos donos da construtora Incal, Fábio Monteiro de Carvalho e

José Eduardo Ferraz, que foram convocados para depor na comissão. Ontem, a CPI ouviu o contador Esdras Augusto de Carvalho sobre doações recebidas por um centro de menores em Jundiá.

PÁGINA 4



Os senadores Carlos Wilson, Paulo Souto e Ramez Tebet participam da inquirição do contador Esdras de Carvalho

CE

Universidade pode reservar vagas a alunos da rede pública

PÁGINA 6



CCJ

Testemunhas e vítimas devem ganhar proteção

PÁGINA 8

CAE aprova nomes de indicados para TCU e Cade

PÁGINA 6

Plenário vota em segundo turno proposta que garante verbas do SUS

Aprovada a emenda, área de saúde receberá no mínimo 30% do total dos recursos incluídos no orçamento da seguridade social

O plenário do Senado vota hoje a proposta de emenda constitucional (PEC) de iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que estabelece percentuais mínimos de recursos dos orçamentos públicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

A PEC, aprovada em primeiro turno por unanimidade, determina que a União destinará pelo menos 30% dos recursos do orçamento da seguridade social para o SUS. Os estados participarão com aplica-

ção de 12% dos recursos e os municípios com, no mínimo, 10%. Se aprovada em último turno pelos senadores, a proposta será enviada à Câmara.

O senador Antonio Carlos Valadares é o autor da proposta



Prostituição infantil é tema de audiência

A Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Investigação de Casos de Exploração do Trabalho e Prostituição Infanto-Juvenis reúne-se hoje, às 17h, em audiência pública, com a presença da secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Vanda Engel Aduan.

Ela prestará informações a respeito das ações de assistência, acompanhamento, investigação e repressão, prestadas pelo ministério, contra a exploração da prostituição infanto-juvenil.

LDO será votada na próxima terça



Melo anunciou a convocação do Congresso

No exercício da presidência da Mesa, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) anunciou a convocação de sessão do Congresso Nacional para a próxima terça-feira, dia 29, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

Na sessão, será apreciado o substitutivo apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2000, de iniciativa do Poder Executivo.

CAS e CAE promovem debate sobre reforma agrária

Em reunião conjunta, as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) recebem para uma audiência pública, que será realizada a partir das 10 horas de hoje, sete representantes de entidades ligadas à questão agrária.

Participarão do debate o ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann; o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Gobind Nankani; o presidente da Comissão Pastoral da Terra, dom Tomás Balduino; o presidente da

Associação Brasileira de Reforma Agrária, Horácio Martins de Carvalho; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos; o representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile; e o representante da Rede Brasil, Aurélio Vianna Júnior.

Na audiência, estará em discussão, entre outros assuntos, o que o governo federal tem feito para mudar a estrutura fundiária do país.

Prefeitura de Teresina é autorizada a fazer empréstimo

O plenário do Senado autorizou a prefeitura de Teresina (PI) a realizar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 18,5 milhões, destinados ao Projeto Vila-Bairro.

No parecer favorável aprovado anteriormente pela Comissão de Assuntos Econômicos, o relator, senador Bello Parga (PFL-MA), informa que o Projeto Vila-Bairro é eminentemente social e que o poder municipal pretende aplicar os recursos em infra-estrutura física e social, assim como em sistema de assistência à criança e ao adolescente. Ainda conforme o relator, o projeto "recebeu do BNDES a condição de projeto piloto nacional, com intenso acompanhamento e organização dos resultados, para sua

disseminação em todo o Nordeste e, posteriormente, em outras regiões brasileiras".

A operação não obteve a concordância do Banco Central, cujo parecer foi contestado tecnicamente por Bello Parga. Segundo a autoridade monetária, o município está adimplente mas tem margem de poupança real negativa. Como explicou o relator, o município "apresenta característica especial de avaliação, decorrente de sua estrutura de contabilidade pública". Até o final de 1997 Teresina registrava distorção nas suas receitas correntes, "pelo lançamento de 30% das transferências recebidas da União na conta de receitas de capital", procedimento cuja modificação resulta em alteração na aferição da margem de poupança real.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 1999

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação, em segundo turno, da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde; *PDL nº 129/99, indicação do ex-senador Guilherme Palmeira para o cargo de ministro do TCU; *Requerimento nº 301/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 54/99, com o PLC nº 25/96, por versarem sobre concessão do benefício de seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca; *Requerimento nº 305/99, do senador Marluce Pinto, solicitando que sobre o PLC nº 101/95, que dispõe sobre a jornada e a organização do trabalho dos trabalhadores que realizam suas atividades continuamente em terminais de vídeo, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; *Requerimento nº 308/99, da senadora Emília Fernandes, solicitando que sobre o PR nº 54/99, de autoria do senador Gilvam Borges, que disciplina os procedimentos para a apreciação dos atos de outorga e de renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, seja ouvida, também, a Comissão de Educação; e *Requerimento nº 317/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 88 e 300, de 1999, por versarem sobre a instituição do sistema de lista fechada na eleição proporcional.

COMISSÕES

10h - Reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos
Pauta: Audiência pública com o ministro Extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann; diretor do Banco Mundial para o Brasil, Gobind Nankani; presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Tomás Balduino; presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Horácio Martins de Carvalho; presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos; representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile; e representante da Rede Brasil, Aurélio Vianna Júnior. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Sabatina do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, indicado para novo mandato. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLS nº 178/99, que proíbe coligações nas eleições proporcionais; *PLS nº 187/99, que amplia o prazo de filiação partidária; *PEC nº 10/99, que suprime a reeleição para prefeitos e prevê a desincompatibilização nos outros casos; PR nº 39/99, que valida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas resoluções nºs 44/98 e 45/98, do Senado, e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; *PLS nº 194/99, que estabelece normas para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

14h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: *PL nº 3/99 - CN; *Contas do presidente da República referentes ao exercício de 1997; *BR-393/RJ - divisa MG/RJ - Volta Redonda - entroncamento BR-116 (Mensagem 343/99-CN). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II) da Câmara dos Deputados*

17h - Comissão de Assuntos Sociais - Subcomissão Permanente
Pauta: Audiência pública com a secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, Vanda Engel Aduan, com a finalidade de prestar informações a respeito das ações de assistência, acompanhamento, investigação e repressão, prestadas pelo MPAS. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

17h - Reunião extraordinária da Comissão de Educação
Pauta: *PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos; *PLS nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças; *PLS nº 245/96, que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fidejuciatário; *PLS nº 43/99, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários; *PLS nº 236/96, que dispõe sobre a educação profissional; *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 252/99, que altera o salário-educação; *PLS nº 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados; *PLS nº 314/99, que denomina "Aeroporto Campo dos Palmares - Zumbi e Dandara" o aeroporto Campo dos Palmares, em Maceió (AL); *PLS nº 218/99, que denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo - Uned de Colatina; *PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; *PLS nº 235/99, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial; *Projetos de Decretos Legislativos nºs 59/99, 95/99, 57/99, 102/99, 101/99, 97/99, 91/99 e 79/99, que tratam de renovação de concessão para emissoras de rádio. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

17h30 - Reunião extraordinária da Comissão de Educação
Audiência pública sobre o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) e outros assuntos. Convidados: ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, e o diretor do Fundo de Fortalecimento das Escolas, Emílio Marques. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

17h30 - Reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PR nº 33/99, que estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações interestaduais com veículos automotores de passageiros; *Ofício "S" nº 19/99, que encaminha ao Senado Parecer Dedip/Diare-99/130, de 1999, contendo manifestação do Banco Central acerca do pedido da prefeitura municipal de Itaúna (MG) para contratar operação de crédito, no valor de R\$ 2,1 milhões a preços de 1998, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana; *PLS nº 84/99, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados às doações e entidades sem fins lucrativos; *PLS nº 163/99, que cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de bebidas alcoólicas; *PLS nº 14/99, altera o art. 1º da Lei nº 9.496/97, para reabrir o prazo de renegociação das dívidas dos estados e do Distrito Federal junto à União; *PLS nº 55/99 - Complementar, altera a redação do parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº 4.320/64, que institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; e *PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural.
Pauta-extra: *Ofício "S" nº 21/99, que encaminha ao Senado parecer da Dedip/Diare-99/137, de 1999, contendo manifestação do Banco Central do Brasil relativa ao pedido da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM - Rio), cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1999; e *Mensagem nº 114/99, solicita ao Senado seja autorizada a proposta de prosseguimento de emissão de títulos da República autorizada através da Resolução nº 57/95, alterada pela Resolução nº 51/97, ambas do Senado, para ampliação do valor autorizado para um total de US\$ 20 bilhões. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*
Após a Ordem do Dia - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Manoel Pinto de Souza Júnior, ex-superintendente do Banco do Brasil (DF); e Jair Antonio Bilachi, ex-presidente da Previ. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademar Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Brasil e Cingapura têm um novo acordo aéreo

O texto do Acordo sobre Serviços Aéreos firmado em outubro de 1997 entre os governos do Brasil e de Cingapura obteve ontem a aprovação do plenário do Senado, que referendou parecer favorável à matéria elaborado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO).

Para o senador, com o acordo os dois países contarão com um elenco de medidas legais e técnicas cujo objetivo é fazer crescer os serviços aéreos de passageiros e carga. Como exemplo, ele referiu-se à simplificação dos controles sobre concessões



Moreira Mendes apresentou parecer favorável ao acordo

de direitos (sobrevôo, escala, embarque e desembarque), operação de serviços, aspectos aduaneiros do material utilizado, bagagem de passageiros e carga com trânsito por áreas reservadas.

Quanto ao item "segurança contra atos de interferência ilícita", o relator salientou que o acordo engloba todas as convenções internacionais já assinadas pelo Brasil a partir de 1963, de modo que os dois países comprometeram-se a tomar as medidas preventivas necessárias à realização de operações aéreas seguras.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1999

1

Projeto de Resolução nº 6, de 1999, de autoria do senador José Agripino e outros. Altera o art. 12 da Resolução nº 78, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.
Resultado: aprovado, em turno suplementar, o substitutivo, com a subemenda à emenda nº 2, de Plenário. À promulgação.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1999 (nº 773/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, em Cingapura, em 28 de outubro de 1997.
Resultado: aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Resolução nº 53, de 1998 (Ofício nº S/27, de 1998), da Comissão de Assuntos Econômicos. Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a realizar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 18,4 milhões, cujos recursos, oriundos do FAT, serão destinados ao Projeto Vila-Bairro, naquele município.
Resultado: aprovados o projeto e a emenda nº 1, de plenário. À promulgação.

4

Requerimento nº 206, de 1999, de autoria do senador Romeu Tuma. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14 e 17, de 1999, por versarem sobre necessidade da aprovação, pelo Senado Federal, de titulares de instituições financeiras públicas, não constantes da Constituição federal.
Resultado: aprovado. As Propostas de Emenda à Constituição nºs 14 e 17, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

5

Requerimento nº 277, de 1999, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 345, de 1999, com os projetos de Lei do Senado nºs 189 e 243, por versarem a inclusão no rol dos crimes hediondos os crimes sexuais e corrupção contra crianças e adolescentes.
Resultado: aprovado. Os projetos de Lei do Senado nºs 189, 243 e 345, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

6

Requerimento nº 283, de 1999, de autoria do senador Romero Jucá. Solicita, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1999-Complementar, de sua autoria, que altera a Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar brigada especial de combate a incêndio florestal nas regiões Amazônica e Centro-Oeste.
Resultado: aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1999-Complementar, vai ao Arquivo.

7

Requerimento nº 284, de 1999, de autoria do senador Romero Jucá. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999, por versarem sobre a redução para a idade de 16 anos para imputabilidade penal.
Resultado: aprovado. As Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

8

Requerimento nº 289, de 1999, de autoria da senadora Marina Silva. Solicita que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que susta a Portaria do Ministério da Justiça nº 820, de 11 de dezembro de 1998, que declara de posse permanente dos índios a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.
Resultado: aprovado. O Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 1999, vai à Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Títulos para pagar precatórios poderão ser refinanciados

Possibilidade está prevista em projeto de resolução aprovado pelo plenário. Só poderão ser negociados papéis com validade reconhecida pela Justiça

O plenário do Senado aprovou ontem o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) ao projeto de resolução do senador José Agripino (PFL-RN) que altera a Resolução 78/98 para permitir o refinanciamento, junto à União, de títulos emitidos para pagar precatórios. A CPI dos Precatórios havia cancelado a negociação desses papéis. Agora, ficou decidido que todos os títulos, mesmo os considerados irregulares, poderão ser negociados, desde que a Justiça reconheça sua validade.

Essa última mudança foi decidida no final da sessão, mediante emenda de texto proposta pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). O relator da matéria, José Fogaça, acolheu a emenda, dizendo que a iniciativa implicava apenas um acréscimo ao seu substitutivo. Ele redigiu um parágrafo retirando a data-limite após a qual esses papéis deveriam ter sido emitidos para serem contemplados por essa mudança na lei – 13 de dezembro de 1995.

– Os títulos não serão mais pagos na data do vencimento, mas mediante reconhecimento, por parte da Justiça, de



José Fogaça redigiu o substitutivo a projeto de José Agripino que foi apreciado pelo plenário

sua validade. Todos esses títulos já tinham o resgate autorizado. Estamos agora determinando que sejam questionados na Justiça. Ninguém vai mais receber se for detentor de má-fé – explicou Fogaça.

Pelo substitutivo aprovado, os papéis poderão ser refinanciados junto à União em até 120 parcelas iguais e sucessivas, desde que os estados e municípios emissores comprovem que tomaram as providências judi-

ciais cabíveis, visando o ressarcimento dos valores referentes a deságios concedidos e taxas de sucesso.

Votaram contra o substitutivo os senadores Osmar Dias (PSDB-PR), Paulo Hartung (PSDB-ES), Heloísa Helena (PT-AL), Geraldo Cândido (PT-RJ), Antero de Barros (PSDB-MT), Marina Silva (PT-AC), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Sebastião Rocha (PDT-AP), José Eduardo Dutra, Moreira Mendes (PFL-RO), Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Requião (PMDB-PR), Arlindo Porto (PTB-MG), Gerson Camata (PMDB-ES), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Agora, caberá à Justiça a decisão de validar ou não os referidos papéis. A União poderá depositar os valores referentes ao refinanciamento em depósito judicial vinculado, em nome do estado ou município emissor. Foram excluídos do direito de refinanciamento os títulos bloqueados. O senador Roberto Freire (PPS-PE) pediu que se notifique o Poder Executivo de que não poderão ser renegociados títulos bloqueados, isto é, que não estejam no mercado.

Polêmica marca discussão em plenário

“É estranho que o plenário do Senado esteja analisando a rolagem dessa dívida absurda”, afirmou o senador Roberto Requião, logo no início da sessão em que o Senado decidiu permitir, desde que com o aval da Justiça, a renegociação de títulos emitidos para pagar precatórios. Relator da CPI que descobriu irregularidades na utilização desses papéis, o senador declarou que sua emissão resultou da ação de “uma cadeia de estelionatários em conluio com administradores pervertidos”.

Em nome do trabalho de dois anos realizado pela CPI; de Vilson Kleinübing, um dos sub-relatores, morto no ano passado; e do próprio Senado, Requião pediu que os senadores não aprovassem o substitutivo que permitia o refinanciamento desses papéis, junto à União, em até 120 parcelas iguais e sucessivas. “Esses títulos são nulos de pleno direito e título nulo não gera direito para ninguém”, ensinou o parlamentar.

Em defesa da aprovação do substitutivo, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) louvou o trabalho de Requião, de Bernardo Cabral, que presidiu a CPI, e de tantos quantos a ela se dedicaram. “É perfeitamente compreensível a indignação de Requião, que trabalhou intensamente nessa CPI”, reconheceu ele. Jader Barbalho lembrou contudo que, embora sendo da autoria de Kleinübing, nenhum artigo da resolução agora su-

jeita a mudança declara nulos os títulos emitidos para pagar precatórios.

Relator da matéria em votação, José Fogaça sustentou que os títulos que estão hoje no mercado já estão legitimados pelo Senado. “É um erro supor que só agora estão sendo legitimados. O que se está fazendo agora é tentar evitar que essa legitimidade implique pagamento de mão beijada no dia do vencimento. Em nome da moralidade pública, está se evitando isso”, disse.

Para Fogaça, o Senado só tinha uma coisa a fazer: determinar que a Justiça tome soberanamente a decisão sobre a validade dos papéis. “Os senadores estão conferindo ao Judiciário o poder de reconhecer ou não a validade desses títulos. O que propomos é que a União deposite em juízo até o pronunciamento final da Justiça”, afirmou.

Um dos senadores que mais defendeu a emissão dos títulos de Santa Catarina, durante os trabalhos da CPI dos Precatórios, Casildo Maldaner (PMDB-SC) celebrou a decisão do plenário. “O que se encontrava no inferno, foi ao purgatório, foi ao limbo e agora está chegando ao céu”, comemorou.

Contrário ao substitutivo de Fogaça, o senador Osmar Dias sustentou que seria um dever moral do Senado pelo menos conhecer os atuais detentores desses títulos no mercado. “Eu não dormiria se votasse a favor desse projeto de resolução”, afirmou ele. A senadora Heloísa Helena também insurgiu-se

contra a rolagem dessa dívida, dizendo que por ela pagariam exatamente os pobres e oprimidos.

Em defesa do substitutivo, que permitirá ao estado de Pernambuco sair da condição de inadimplente por ter-se recusado a pagar esses papéis, o senador Roberto Freire explicou que a mudança apenas obriga a União a fazer o depósito judicial e aguardar o pronunciamento da Justiça.

O senador José Jorge (PFL-PE) também defendeu o substitutivo, dizendo que o Senado está dando aos títulos emitidos para pagar precatórios o mesmo tratamento dado a outros papéis financeiros. “O projeto de Fogaça é muito mais rígido que a Resolução 78/98”, explicou ele. O senador Paulo Hartung votou contra o substitutivo, dizendo que não queria colaborar para legitimar nenhum ato de irresponsabilidade fiscal.



Roberto Requião pediu aos senadores que não aprovassem o substitutivo

PF tentará localizar donos da Incal

Presidente da comissão pede ajuda da polícia a fim de convocar para depoimento proprietários da empresa responsável pelas obras do fórum trabalhista do estado de São Paulo

O presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), decidiu pedir ajuda à Polícia Federal e à Polícia Fazendária para comunicar aos donos da construtora Incal, Fábio Monteiro de Carvalho e José Eduardo Ferraz, que foram convocados para depor na comissão. Até a noite de ontem, os dois não haviam sido localizados pela CPI.

Mesmo assim, Tebet manteve a data do depoimento dos donos da construtora, responsável pela obra do fórum trabalhista de primeira instância do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, para a próxima terça-feira. Apesar de ter consumido mais recursos que o inicialmente previsto, o prédio ainda não foi concluído.



Apesar das dificuldades para localizar os donos da construtora, o depoimento dos proprietários da Incal continua mantido para a próxima terça-feira

A CPI não agendou mais depoimentos para esta semana. Para a próxima segunda-feira, já está confirmado o depoimento da juíza classista Ana Telma Weinstock. Segundo o jornalista José

Eduardo Homem de Carvalho, que gravou uma conversa com a juíza, ela sabia das irregularidades cometidas durante a administração do juiz José Maria de Mello Porto, ex-presidente do TRT do



Rio de Janeiro.

O depoimento do inspetor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, José Roberto Dino, previsto para a próxima semana, também está pendente de confirmação. Ele participou da administração do espólio do empresário Washington Nominatto, por delegação do juiz Asdrúbal Cruzen. De acordo com as informações já colhidas pela CPI, a herança de Nominatto teria sido dilapidada durante a administração da Vara de Órfãos e Sucessões.



Tuma lembrou a contribuição do fundador da empresa, Leon Feffer, à indústria brasileira

Romeu Tuma faz homenagem à Cia. Suzano de Papel e Celulose

Ao registrar a passagem do 76º aniversário de fundação da Companhia Suzano de Papel e Celulose, no último dia 15, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou o fundador da empresa, Leon Feffer, que morreu em fevereiro deste ano.

O senador lembrou que a companhia foi fundada três anos depois da chegada ao Brasil de Leon, que nasceu em Rovno, na Rússia, ressaltando que a história do empreendimento confunde-se com a da indústria de papel e celulose no país. A Suzano, informou o senador, tem capacidade instalada para produzir, por ano, 555 mil toneladas de papel e 420 mil toneladas de celulose ECF, sendo a segunda maior fábrica integrada da América Latina. Atualmente, a empresa é presidida por Max Feffer, "filho daquele que foi brasileiro por escolha própria".

Para Tuma, o grande momento da experiência de Leon como empresário na área de celulose ocorreu em 1951, após uma década de dificuldades impostas pela escassez de celulose de *pinus*, a matéria-prima de papel totalmente importada.

— Leon enveredou pelas pesquisas sobre o eucalipto para substituir o produto importado. Seis anos depois, de forma pioneira, dava início à produção de papel feito totalmente a partir da fibra de eucalipto: uma revolução no setor, que permitiu ao país passar da condição de importador à de exportador de celulose.

Segundo Tuma, Leon Feffer era "venerado como uma espécie de patriarca da comunidade judaica". Em 1995, lembrou o senador, o industrial foi considerado pela revista *Forbes* como o quinto brasileiro mais rico, com patrimônio de US\$ 1,6 bilhão. No mesmo ano, a companhia chegou à posição de maior produtor de cartões de alta qualidade na América Latina, detendo 32% da produção nacional, ao mesmo tempo em que mantinha a de líder do segmento de papel *couché*, com 58% da produção.

A Cia. Suzano, informou, mantém três unidades de papel e celulose em São Paulo. O grupo tornou-se importante também na área petroquímica, abrangendo as empresas Bahia Sul Celulose, Igarás Papéis e Embalagem, Politen, Polibrasil, Petroflex e Copene.

Contador afirma que Comej não registrava doações recebidas

Em depoimento à CPI do Poder Judiciário, o contador Esdras Augusto de Carvalho informou ontem que doações e pagamentos recebidos pelo Centro de Orientação do Menor de Jundiá (Comej) não foram registrados na contabilidade da entidade. Entre os pagamentos, Esdras listou cheques pagos a título de "devolução" à promotora Inês de Oliveira Bicudo, que participou de adoções autorizadas pelo juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira.

Para o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), o depoimento identificou a promotora, que atuava no Fórum de Jundiá, como ponto comum entre o Comej e o esquema de adoções para estrangeiros. Inês Bicudo, segundo o depoente, foi uma das fundadoras do Comej, desligou-se formalmente da entidade em 1992, mas "continuava mandando". A entidade italiana AMI, segundo Souto, estaria também envolvida com as adoções e a Comej.

Esdras, de 23 anos, prestou serviços de contabilidade ao Comej entre 1995 e 1996, mas não recebeu o pagamento devido. Em documentos que chegaram a seu escritório, ele encontrou entradas e saídas de recursos que não estavam listados nos livros-caixa da entidade como cheques emitidos a título de "devolução para

manutenção" e "reembolso para Inês", em valores superiores a R\$ 2 mil. Entre os recibos, Esdras citou alguns emitidos à Parmalat e outro, de R\$ 135 mil, em nome de uma fundação, que não soube precisar.

Segundo Esdras, os documentos chegaram a suas mãos "por acaso", junto com outros documentos contábeis. Mais tarde, segundo informações passadas por seu advogado, o juiz Beethoven teria expedido um mandado de busca e apreensão para que os papéis retornassem ao Comej. Esdras disse à CPI que pretendia, com os documentos, provar que a entidade tinha condições de saldar os débitos que tinha com ele.

Por outro lado, o contador declarou que os extratos das contas correntes do Comej indicavam movimentações "compatíveis" com as doações recebidas. Na sua avaliação, tratava-se de uma contabi-



Segundo Esdras, promotora "mandava" na entidade acusada de estimular adoções para estrangeiros

lidade simples, mas os R\$ 135 mil não teriam sido depositados em nenhuma das duas contas da entidade.

TELEFONEMA ANÔNIMO

Esdras relatou aos parlamentares que, quando resolveu entrar com uma ação

de cobrança, foi ameaçado por um telefonema anônimo em que a pessoa dizia ser "fácil flagrar um porte de entorpecentes".

— Não posso afirmar que esse esquema de adoção tem relação com alguns proventos que o Comej veio a perceber. Não tenho conhecimento de depósitos de entidades estrangeiras — afirmou Esdras, que disse ter tomado conhecimento dos fatos sobre adoções irregulares por meio do jornalista Mário Simas Filho, que depôs à CPI.

O contador disse ao senador Djalma Bessa (PFL-BA) que tinha uma boa avaliação do trabalho de assistência social desenvolvido pelo Comej. Segundo relatou, jovens que cumpriam medidas sócio-educativas eram para lá encaminhados, tinham aulas e eram integrados ao mercado de trabalho por meio de contratos com a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e os Correios.

O presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou "estranho" o fato de a promotora Inês Bicudo sair do Comej e continuar mandando na entidade. Segundo ele, a comissão deve examinar "a título de que ela recebeu as quantias" relacionadas pelo depoente.

Parentes de vítimas da TAM se queixam de demora da Justiça

Parentes de vítimas do acidente com o avião da TAM ocorrido em outubro de 1996 procuraram ontem a CPI do Judiciário, em busca de ajuda para que o processo contra a empresa seja acelerado. Eles reclamam da morosidade da Justiça na decisão sobre os pedidos de indenização.



Relatório parcial da CPI depende do Supremo

Documento em elaboração pelo senador João Alberto usa informações obtidas com a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de alguns acusados. Por isso, relator só vai divulgá-lo se o STF derrubar as liminares concedidas

O relatório parcial da CPI dos Bancos, que o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) prepara sobre o caso da venda favorecida de dólares pelo Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam, só será concluído depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolver o problema das liminares conseguidas por pessoas investigadas pela CPI. Foi o que afirmou à imprensa o relator, no início da noite de ontem.

– O meu relatório usa algumas informações obtidas com a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de alguns investigados. Agora, só poderemos usar tais informações se o STF derrubar as liminares concedidas – disse João Alberto.

NOVOS AGRAVOS

Já o presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), informou que a assessoria jurídica da comissão de inquérito irá apresentar ao STF novos agravos regimentais, com a finalidade de derrubar outras liminares ou levar o plenário da corte a julgar o assunto.

Até agora, ministros do STF já concederam dez liminares a investigados



João Alberto prepara um relatório específico para a ajuda do Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam

pela CPI que tiveram seus bens bloqueados ou quebrado o sigilo fiscal, bancário ou telefônico.

A CPI já apresentou dois agravos regimentais ao Supremo, inclusive contra a decisão que suspendeu o bloqueio de bens e a quebra de sigilo de Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central.



A CPI do Sistema Financeiro começa, agora, a investigar o caso Encol. Primeiro na lista das audiências é Manoel Pinto, superintendente do Banco do Brasil na época em que foram concedidos empréstimos à construtora

Começa hoje audiência de envolvidos em empréstimo à construtora Encol

Todos os depoimentos que a CPI do Sistema do Financeiro tomaria nesta semana foram adiados por 24 horas, por causa das votações de ontem do plenário do Senado, que se prolongaram até as 19h30. Assim, os depoimentos marcados para as 17h de ontem serão tomados hoje, a partir das 17h.

O primeiro depoimento sobre o caso Encol será o de Manoel Pinto de Souza

Júnior, superintendente do Banco do Brasil no Distrito Federal na época em que o BB emprestou cerca de R\$ 200 milhões à construtora. O segundo depoente, que falará na noite de hoje, será Jair Bilachi, ex-presidente da Previ, o fundo de pensão dos funcionários do BB.

Amanhã, às 14h, falará o ex-dono da Encol, Pedro Paulo de Souza, e dois ex-

diretores da construtora, Marcos Antônio Borela e Rodrigo Dimas de Souza. Será ainda tomado o depoimento de Roldão Izael Cassimiro, síndico da massa falida.

Na sexta-feira, às 10h, deporão Carlos Gilberto Caetano, diretor de Finanças do Banco do Brasil, e Edson Soares Ferreira, ex-diretor de Crédito e Seguridade do banco.

Mauro defende política de apoio à produção agrícola

“Se todos desejam um melhor padrão de desenvolvimento para a agropecuária, é indispensável que o governo ao menos antecipe os instrumentos de política econômica a serem adotados”, afirmou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao endossar advertência feita pela Confederação Nacional da Agricultura de que “a safra depende de políticas de apoio à produção”.

O senador esclareceu que os instrumentos de política econômica vão desde as disposições sobre a fixação de preços mínimos de garantia, valores básicos de custeio, condições de importação de agroquímicos e seguro agrícola até o provimento de recursos financeiros de crédito reclamados pela classe produtora.

Mauro Miranda disse que a sua preocupação procede porque já está na hora de os produtores rurais planejarem a lavoura para a safra de grãos de 1999/2000, na região Centro-Sul. Ele observou que os agricultores não podem ficar aguardando que o Ministério da Agricultura defina as regras orientadoras dos trabalhos de plantio e de comercialização da próxima colheita.

Para o senador, vários problemas precisam ser logo solucionados a fim



Mauro Miranda: agricultores não podem ficar aguardando regras para plantio e comercialização

de que se alcance a meta de produção de 90 milhões de toneladas estabelecida pelo governo.

– Entre as restrições determinadas pela conjuntura econômica e financeira, a serem imediatamente superadas, figura a referente ao crédito de custeio. Na última safra, havia a promessa governamental de garantir R\$ 11,3 bilhões para o financiamento do plantio de grãos. Contudo, calcula-se que tão somente R\$ 8 bilhões foram repassados aos produtores, em muito limitando a área plantada – disse o senador.

Amorim quer corrigir injustiça contra técnicos industriais

A aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 9.649, que tirou o caráter público e democratizou o processo de formação, atuação e gerenciamento dos conselhos de fiscalização profissional, foi injusta com a categoria profissional dos técnicos industriais. A afirmação foi feita pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO) ao anunciar projeto de lei de sua autoria que, segundo ele, corrige essa “antiga injustiça”. Amorim propõe a criação do Conselho Federal de Técnicos Industriais e dos conselhos regionais de técnicos industriais, delegando-lhes os serviços de fiscalização profissional da categoria.

O senador explicou que esses profissionais, formados em escolas técnicas, operacionalizam os serviços de perfuração e exploração de petróleo da Petrobras, os serviços de telecomunicações e das empresas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, dentre outros.

– São 600 mil técnicos industriais no Brasil, parte deles submetida ao controle dos conselhos regionais e Federal de Engenharia e Arquitetura, junto aos quais os técnicos industriais somente têm deveres, sem qualquer di-



Ernandes Amorim propõe a criação do Conselho Federal de Técnicos Industriais

reito, nem mesmo o de representação no colegiado – explicou o senador.

PRINCÍPIO

Amorim disse ainda que o princípio de que o cidadão deve ser julgado por seus pares – reconhecido pela Justiça brasileira no tribunal do júri – não é admitido aos técnicos industriais, problema semelhante ao enfrentado pelos técnicos em nutrição e dietética e os técnicos da área de engenharia, que estão submetidos à vontade do Conselho de Nutricionistas, do Confea e dos Creas.

CE aprova reserva de vagas em universidades

Metade dos postos oferecidos por universidades públicas, segundo a proposta, deverão ser garantidos a estudantes da rede oficial

A Comissão de Educação aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto que garante aos estudantes que cursarem os ensinos fundamental e médio integralmente na escola pública o direito de disputar, exclusivamente entre eles, 50% das vagas para ingresso nas universidades públicas do país.

De autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o projeto recebeu parecer favorável do senador Gerson Camata (PMDB-ES) e aprovação unânime dos 15 parlamentares presentes à votação. A matéria segue para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para que seja submetida ao plenário do Senado.

Na justificativa da proposta, Antero Paes de Barros aponta a distorção representada pelo fato de que 55% dos alunos matriculados nas escolas federais de educação superior, em 1996, eram oriundos do ensino privado, enquanto 73,5% do

total de concluintes do ensino médio, no mesmo ano, tinham estudado em escola pública.

Depois de constatar que, "de fato, ocorre uma inaceitável distorção no acesso à educação superior pública", por razões de capacidade econômica, Camata, relator da matéria, defendeu a aprovação do projeto para "lançar um debate público nacional em torno da discriminação positiva, tese que precisa entrar em pauta e ganhar força no país".

Ainda na fase de discussão da proposta, o senador Amir Lando (PMDB-RO) lembrou o risco de o projeto ser contestado por ferir a "isonomia constitucional". Ele manifestou-se, no entanto, favorável ao projeto, a exemplo da senadora Heloísa Helena (PT-AL), que igualmente previu debates e polêmica em torno da matéria, mas considerou a iniciativa "de grande valor e importância".



Antero Paes de Barros vê distorção na ocupação de vagas das universidades

Simon é eleito presidente da Subcomissão de Rádio e TV

Por unanimidade de votos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) foi eleito ontem presidente da Subcomissão de Rádio e Televisão, e o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), vice-presidente. Criada por sugestão de Simon, a subcomissão da Comissão de Educação é permanente e tem a incumbência de tratar das questões relativas à comunicação de massa no Brasil.

De acordo com a proposta do senador gaúcho, a subcomissão poderá reunir representantes da sociedade civil, universidades, igrejas, associações de classe, órgãos públicos, entidades profissionais ligadas à área de comunicação e parlamentares com o objetivo de analisar o alcance e o poder que os meios de comunicação de massa exercem sobre o público.

Caberá à subcomissão promover a interação do Senado com os órgãos do



Comissão de Educação quer discutir as questões relativas à comunicação de massa no Brasil

Poder Executivo e com entidades da sociedade civil que possam contribuir para o debate sobre a comunicação de massa no país, e com as entidades representativas das emissoras de rádio e televisão.

São também titulares da subcomissão os senadores Amir Lando (PMDB-RO), Gerson Camata (PMDB-ES), Djalma Bessa (PFL-BA), Romeu Tuma (PFL-SP), Álvaro Dias (PSDB-PR), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Emília Fernandes (PDT-RS).

Paulo Renato fala sobre fundo de ensino fundamental

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, vai falar hoje à Comissão de Educação (CE) sobre o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Na audiência pública, que acontece às 17h30, o ministro fará também uma exposição sobre a política governamental para radiodifusão com

fins exclusivamente educativos.

A CE, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), convidou o ministro para essa audiência pública a partir da aprovação de requerimento apresentado pelas senadoras Emília Fernandes (PDT-RS) e Luzia Toledo (PSDB-ES).

Para falar na mesma reunião, também foi convidado o diretor do Fun-

José Roberto Arruda propôs o aumento das verbas para o setor



Cultura terá mais recursos das loterias da Caixa

Projeto de lei do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), aprovado ontem pela Comissão de Educação do Senado, em caráter terminativo, estabelece um aumento de 1.000% nas verbas destinadas ao apoio a projetos culturais, com recursos extraídos dos concursos de loterias administrados pela Caixa Econômica Federal. Alterando a Lei 8.313/91, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura, a proposta aumenta de 1% para 10% o montante de recursos retidos sobre o total de prêmios a distribuir.

Sob a presidência do senador Freitas Neto (PFL-PI), a reunião da comissão registrou intensos debates em torno do tema. A começar pelo relator da matéria, José Jorge (PFL-PE), que elaborou parecer favorável à iniciativa, mas limitando o aumento das verbas a 100% (passando de 1% para 2% a contribuição a ser retirada do montante líquido de prêmios).

Depois de amplo debate e registrando-se a manifestação favorável do líder do governo na Casa, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), o relator decidiu rever seu parecer e aprovar o projeto do senador Arruda sem alterações. Do novo percentual destinado à promoção de projetos culturais, metade dos recursos deverá ser administrada pela União, em iniciativas nacionais, e a outra metade pelos estados, para apoio à cultura regional.

A proposta agora deverá seguir para apreciação pela Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para manifestação do plenário do Senado.

do Fortalecimento das Escolas (Fundescola), Emilio Marques. O diretor dará detalhes de levantamento, feito pelo governo federal, sobre a distribuição de escolas pelas regiões Norte e Centro-Oeste. O requerimento para o convite a Marques foi apresentado na CE pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA).

CAE aprecia dois pedidos de operações de crédito

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), concedeu vista, por 24 horas, de dois pedidos para operações de crédito e de um pedido para emissão de letras financeiras do Tesouro, durante reunião da comissão realizada ontem. Com a decisão, a CAE voltará a examinar as matérias em reunião extraordinária marcada para hoje, após a Ordem do Dia.

A primeira concessão de vista foi a solicitação da prefeitura do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município (LFTM) a fim de que recursos obtidos com essa operação sejam destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária que vence no segundo semestre deste ano.

No substitutivo, Luiz Otávio (PPB-PA) ressalva que, apesar do superávit primário (receita menos despesa, excluindo juros) de R\$ 194 milhões de março de 1998 a fevereiro de 1999, a prefeitura do Rio vem apresentando "comprometimento

acelerado às despesas de endividamento".

Por solicitação do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), foi concedida vista da matéria. Foi ele também que pediu vista da solicitação de operação de crédito de R\$ 2,1 milhões para a prefeitura de Itaúna (MG) e ainda do pedido de operação de crédito externo de US\$ 8,9 milhões para o Piauí, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os relatores das solicitações de Itaúna e do Piauí, que deram pareceres favoráveis às matérias, são os senadores Luiz Otávio e José Alencar (PMDB-MG).

A CAE examina na mesma reunião outras 16 matérias – entre elas o projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa prazo para a restituição do Imposto de Renda, e o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as doações a entidades sem fins lucrativos.

Indicação de Palmeira vai a plenário

O plenário do Senado deve votar ainda esta semana a indicação do nome do ex-senador e ex-governador de Alagoas, Guilherme Palmeira, para ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Homero Santos. A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem parecer favorável do senador José Jorge (PFL-PE) à indicação de Palmeira para o TCU, por 25 votos favoráveis e uma abstenção.

A escolha de Guilherme Palmeira, conforme ele mesmo informou, foi fruto de um acordo de lideranças envolvendo o PSDB, PMDB, PFL, PPB e PTB. O ex-senador disse que, caso o plenário do Senado acolha a sua indicação, "irá lutar por uma maior integração entre a CAE e o TCU".

Palmeira também defendeu a des-



Palmeira, ao lado de Suassuna, teve apoio da CAE à sua indicação para o TCU

centralização do TCU e pregou maior agilidade no trabalho do tribunal, como forma de fiscalizar com mais rigor a aplicação dos recursos públicos, especialmente nas prefeituras e órgãos públicos.

Quase todos os senadores presentes à reunião aplaudiram a indicação de Guilherme Palmeira para o TCU.

Acolhido nome de Hebe Teixeira para o Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ao nome de Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva para exercer o cargo de conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Agora, a mensagem do presidente da República, indicando a conselheira, vai à apreciação do plenário do Senado.

Para Bernardo Cabral, relator da matéria, Hebe Teixeira – advogada, professora universitária e funcionária de carreira do Ministério da Justiça – possui ampla experiência profissional para



Hebe Teixeira lutará pelo fortalecimento do conselho

exercer o cargo de conselheira do Cade. "Ela não é conhecida no meio político, mas é respeitada na área jurídica", disse o senador, certo de que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica terá uma excelente conselheira, caso o nome dela seja referendado pelo plenário.

Ao ser sabatinada pelos senadores, Hebe Teixeira Romano afirmou que, como conselheira, irá lutar pelo fortalecimento do Cade, promovendo uma concorrência mais saudável entre as empresas e condenando, com rigor, as práticas abusivas que venham de encontro aos interesses maiores da população.

Francelino destaca fórum sobre segurança do trânsito

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou, ontem, a realização, em Brasília, do Fórum das Américas para Decisões sobre Segurança e Educação do Trânsito, que teve início segunda-feira e prossegue até a quinta. Francelino, que presidiu a comissão especial que examinou o projeto, comemorou o êxito do novo Código de Trânsito, em vigência há um ano. Ele citou dados apresentados no evento pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, como a redução de 25% no número de acidentes e de 22% no número de mortes só no primeiro ano de vigência do código.

O senador ressaltou que isto significa um saldo de seis mil vidas "que deixaram de ser sacrificadas nas estradas do país", comprovando o objetivo da nova lei de trânsito que "procurou dar ao país novos padrões de segurança e racionalidade".



Francelino ressaltou que novo código evitou 6 mil mortes

A programação do fórum prevê a realização de 37 palestras sobre temas como legislação, fiscalização, campanhas educativas e participação social. Na quinta, será apresentado aos participantes o Programa Brasileiro de Segurança de Trânsito, que dá ênfase à utilização das novas tecnologias de planejamento e controle de trânsito. O programa, resultado do trabalho de 190 especialistas de todo o país, terá um custo de implantação da ordem de US\$ 320 milhões, dos quais 60% deverão ser financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco Mundial, disse Francelino.

Patrocinado pelo Ministério da Justiça e pelo BID, o fórum conta com a participação de representantes do Banco Mundial e de 200 especialistas e autoridades da América Latina, do Caribe, da América do Norte e da Europa.

Silva Júnior relata encontro de industriais do café

O senador Silva Júnior (PMDB-PB) destacou, em plenário, a realização do II Seminário Internacional do Café, no Rio de Janeiro, de 17 a 18 de maio, e do seminário A Indústria do Café – Cenários & Perspectivas, de 8 a 10 deste mês, em São Paulo, dentro das comemorações do Dia do Industrial do Café. Os encontros debateram e analisaram aspectos da política de produção, industrialização e comercialização do café no Brasil e no mundo.

Silva Júnior, que foi reeleito para a presidência da Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic) no triênio



Silva Jr. foi reeleito para a presidência da Abic

1999/2002, participou dos dois eventos preferindo palestra sobre o tema "A importância do Mercado Interno da Economia Cafeeira do Brasil".

Durante o seminário em São Paulo, a Abic concedeu o embaixador do Brasil em Londres e presidente da Associação dos Países

Produtores de Café, Rubens Antônio Barbosa, com a medalha do Mérito Industrial do Café. A mesma medalha foi outorgada ao industrial Américo Takamitsu Sato, ex-presidente da Abic.

Simon prega o fim das disputas entre os aliados do governo

Para senador, o presidente Fernando Henrique teve atitude "corajosa" ao decidir cuidar, ele mesmo, da articulação política

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) conclamou o presidente Fernando Henrique Cardoso a colocar ordem em seu governo, obrigando ministros do PMDB e do PFL a trabalharem juntos. "FHC tomou uma posição corajosa, ao afirmar que quer manter o PMDB no governo e vai cuidar da articulação política ele mesmo. Agora precisa assegurar que não haja mais disputas entre seus ministros", observou.

Para Simon, PMDB e PFL mudaram de feição política. "No tempo de Ulysses



Situação entre o PFL e o PMDB se inverteu, diz Simon

Guimarães, o PMDB era um partido de um líder só, enquanto o PFL tinha um comando de alto gabarito, com cinco figuras de peso: senadores Antonio Carlos Magalhães (BA) e Jorge Bornhausen (SC), deputados Inocêncio Oliveira (PE) e Luís Eduardo Magalhães (BA) e vice-presidente Marco Maciel (PE)."

Simon observou que hoje a situação se inverteu: "O PFL é o partido de ACM, enquanto o PMDB tem vários líderes: ministro Eliseu Padilha (RS), senador Jader Barbalho (PA) e deputa-

do Michel Temer (SP), entre outros".

O senador teceu vários elogios a Antonio Carlos Magalhães, afirmando que teve poder até para levar a fábrica da Ford para a Bahia. "Os jornais dizem todo dia que Antonio Carlos Magalhães é o candidato do PFL à Presidência da República. É verdade, não estou criticando, estou constatando fatos."

Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) aventou a possibilidade de Pedro Simon estar "usando malícia" ao elogiar demais a figura de Antonio Carlos Magalhães. Simon respondeu de pronto: "Se quisesse fazer intriga, não o faria enquanto o presidente do Senado estivesse em Paris".

Eduardo Suplicy diz que Senado perdeu chance de esclarecer caso de tortura

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que, ao recusar requerimento de convocação do ex-padre José Antonio Monteiro e do ex-diretor da Polícia Federal, João Batista Campelo, o Senado Federal perdeu a oportunidade de esclarecer de forma conclusiva o episódio em que Campelo foi acusado de haver torturado Monteiro. Para Suplicy, o esclarecimento do episódio se deu na Câmara dos Deputados, que ouviu os dois en-

volvidos, e na entrevista com o bispo dom Xavier Gilles de Mapeou d'Ableiges, feita pelo jornalista Elio Gaspari e publicada no último domingo.

Suplicy leu trechos da entrevista em que o bispo diz acreditar que Monteiro foi torturado porque é negro e que ele mesmo não sofreu tortura porque é francês e por ter sido acompanhado até a delegacia por um bispo.

– Dom Xavier poderia ter dito tudo isso na Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania do Senado Federal, que teria cumprido o seu papel constitucional. Seria importante que o Senado não mais abrisse mão dos nossos direitos e prerrogativas – disse o senador.



Suplicy espera que exemplo não se repita

Cabral alerta para riscos por que passa a fronteira Norte

Com uma cópia da reportagem "Sendero se infiltra no MST de Rondônia e Acre", publicada no jornal *Tribuna do Acre*, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) alertou o plenário para os riscos a que estão sujeitos os estados do Norte.

Lembrando que foram reduzidos a zero os recursos destinados ao projeto Calha Norte, que objetivava garantir a segurança daquelas fronteiras, ele disse que o poder público não pode ser negligente diante de uma situação tão grave.

De acordo com a reportagem lida por Cabral, grupos armados pertencentes a movimentos de ultra-esquerda e vinculados ao Sendero Luminoso estão agindo no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra em Rondônia, podendo estar infiltrados também no Acre, no treinamento de pessoal para realizar invasões. Cabral considerou especialmente grave que líderes moderados e tradicio-



Cabral condenou os que lançam mão de "biombos de omissão"

nais do MST tenham dito que esses guerrilheiros pretendem incentivar o confronto e a ocupação de áreas produtivas.

– Infelizmente, alguns se escondem dos desafios do futuro colocando biombos de omissão no presente – observou Cabral, referindo-se à omissão de autoridades públicas que deveriam estar mais preocupadas

com o problema. Ele pediu que o Senado não permita que a história da soberania brasileira sofra esse tipo de mancha. Também pediu a união de todos os senadores, sobretudo os do Acre e Rondônia, para que providências sérias sejam tomadas, enquanto é tempo.

Em aparte, os senadores Tião Viana (PT-AC), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Blairo Maggi (PFL-MT) disseram que os problemas da Amazônia são de todo o país, não podendo o poder público considerar o Norte como uma região esquecida.

Maria do Carmo fala do projeto Novo Nordeste



A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) anunciou, em entrevista à TV Senado,

que quer desengavetar o projeto Novo Nordeste, que está há quase quatro anos parado na Presidência da República. O projeto prevê a criação de um pólo de desenvolvimento em todo o Nordeste, com ações integradas nas áreas da agricultura irrigada, construção de postos e barragens, e auxílio aos pequenos produtores.

"É com esse objetivo que nós lutamos em Brasília. Na medida em que criarmos emprego e renda para os nordestinos, nós estamos criando uma classe consumidora. É bom não só para o Nordeste, mas para todo o país", completa.

Ela dá como exemplo de ação bem sucedida nesse sentido a fruticultura, que já proporcionou o desenvolvimento de regiões como Juazeiro e Petrolina, às margens do rio São Francisco. A entrevista com a senadora vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – Especial Unip – Assunto: Câncer de próstata
6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Atividade: Natação para bebês
7h30 – Especial Unip – Assunto: Câncer de próstata
7h55 – Senado em Pauta
8h – Jornal do Senado
8h25 – Senado em Pauta
8h30 – Entrevista – A senadora Maria do Carmo fala sobre desenvolvimento regional
8h55 – Senado em Pauta
9h – Agenda Econômica – O economista Carlos Eduardo de Freitas fala sobre balanço de pagamentos
9h55 – Senado em Pauta
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
12h30 – Entrevista – A senadora Maria do Carmo fala sobre desenvolvimento regional
12h55 – Senado em Pauta
13h – Cores do Brasil – Em destaque: Campina Grande
13h30 – Agenda Econômica – O economista Carlos Eduardo de Freitas fala sobre balanço de pagamentos
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo). Logo após, CPI dos Bancos
20h30 – Entrevista – A senadora Maria do Carmo fala sobre desenvolvimento regional
21h – Jornal do Senado

21h25 – Senado em Pauta

21h30 – Agenda Econômica – O economista Carlos Eduardo de Freitas fala sobre balanço de pagamentos
22h30 – Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

08h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – Reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após o Plenário transmissão da CPI do Sistema Financeiro (ao vivo)
19h – "A voz do Brasil"
Em seguida – Música e informação
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"
Em seguida – Música e informação
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida – Música e informação
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

Vítimas e testemunhas podem ganhar proteção

Comissão de Justiça aprova projeto que permite ao governo federal instituir programas de assistência, que, segundo o relator, Romeu Tuma, fortalecem os direitos humanos e criam facilidades para as investigações criminais

Projeto oriundo da Câmara dos Deputados que permite ao governo federal instituir programas de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Além disso, a proposta abre a possibilidade para que seja concedido perdão judicial ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado voluntariamente com a investigação criminal.

Para o relator do projeto, senador Romeu Tuma (PFL-SP), os sistemas de proteção a testemunhas fortalecem os direitos humanos, e criam facilidades para investigações criminais.

COLETES

Outro projeto que obteve parecer favorável da comissão é o que obriga profissionais de segurança a usarem coletes à prova de bala, sempre que o equipamento for indispensável à redução dos riscos inerentes à tarefa. De acordo com o substitutivo do relator, Romeu Tuma, caberá ao Departamento de Polícia Federal a análise dos riscos.

A comissão aprovou ainda parecer favorável a projeto também relatado por Tuma que exclui os crimes de natureza militar da



Presidida pelo senador José Agripino, a CCJ aprovou, também, projeto que obriga os profissionais de segurança a usarem colete à prova de bala

abrangência da Lei 9.099, que institui os juizados especiais criminais. A lei permite a composição entre agressor e vítima no caso de crimes de pequeno potencial ofensivo e a suspensão do processo.

O relator argumentou que o direito penal militar, por características próprias que envolvem princípios hierárquicos, não pode admitir a suspensão do processo. "A suspensão do processo ou de composição dos danos enfraquece as disposições penais que dão certeza à puni-

ção, no caso de cometimento de ilícito militar", afirmou.

REGIMENTO

Os senadores também aprovaram parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) a projeto de resolução de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que altera o Regimento Interno do Senado, facilitando o processamento de requerimentos de urgência. Pelo texto em vigor só podem ser aprovados dois requerimentos por sessão.

Comissão Mista de Orçamento aprecia parecer sobre contas do governo em 97

A apreciação do parecer favorável à aprovação das contas do governo federal relativas ao exercício fiscal de 1997 foi adiada para hoje, às 14h30, pelo presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, deputado Lael Varella (PFL-MG).

No seu parecer, o relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), analisou exaustivamente o que denominou de "temas em destaque", recolhidos do parecer prévio aprovado pelo plenário do Tribunal de Contas da União, relatado pelo ministro Humberto Souto: os números relativos à política e ação social do governo (saúde e educação), infra-estrutura, financiamentos externos, dívida pública federal interna, carga tributária nacional e Programa Nacional de Desestatização. Assim como o TCU, Lobão opinou pela aprovação das contas.

Também foi transferida para hoje a apre-



Edison Lobão, relator, apresentou parecer favorável à aprovação das contas do Poder Executivo

ciação de dois outros pareceres: o primeiro, pela aprovação de autorização para inscrever no Orçamento Fiscal crédito suplementar no valor de R\$ 42,6 milhões, destinado ao pagamento de dívida externa da Companhia Estadual de Energia Elétrica (RS), assumida pela União. Este crédito

será coberto por emissão de títulos públicos.

O segundo parecer refere-se a obra que, conforme dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999, teve sua execução vedada por constar de lista de obras irregulares ("Empreendimentos com Ressalvas") encaminhada pelo TCU ao Congresso. A obra - o Trevo das Garças, no entroncamento da BR-116 com a BR-393/RJ, no município de Volta Redonda - está a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

À semelhança do que opinou a Secretaria Federal de Controle, o relator da matéria na comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), considerou as explicações do DNER insatisfatórias e recomendou a "manutenção da vedação referente à autorização para a execução orçamentária".

juros iriam disparar e a recessão chegaria com força total, o que acabou não se confirmando.

Carlos Eduardo diz que num primeiro momento houve uma crise de credibilidade que espantou os investidores estrangeiros e elevou os juros. Mas, a mudança no comando do Banco Central devolveu a tranquilidade ao mercado e, a partir de março, a crise foi revertida, analisa.

TV Senado aborda as perspectivas da economia

O economista Carlos Eduardo de Freitas, da Fundação Getúlio Vargas, fala sobre as perspectivas da economia brasileira após a mudança na política cambial em janeiro, em entrevista ao programa *Agenda Econômi-*

ca, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 9h e às 21h30.

Na entrevista, ele lembra as previsões catastróficas que circulavam nos dois primeiros meses do ano, de que haveria nova explosão inflacionária, os

Brindeiro será submetido hoje a sabatina na CCJ

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, deverá comparecer hoje, às 10 horas, para arguição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A audiência é necessária para a aprovação pela comissão da indicação de Brindeiro para um terceiro mandato de dois anos na Procuradoria Geral.

A inclusão da sabatina na pauta foi

possível graças a requerimento do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que alegou o risco de o cargo ficar vago, uma vez que o atual mandato de Brindeiro termina no dia 28 de junho. O presidente da CCJ, senador José Agripino Maia (PFL-RN), indicou o senador Iris Rezende (PMDB-GO) como relator da mensagem do Executivo.

Viana quer incluir uso do DDT entre os crimes ambientais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará, em caráter terminativo, projeto de lei apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC) proibindo no Brasil a fabricação, importação, exportação, manutenção em estoque, comercialização e uso de diclorodifeniltricloreto (DDT), que passam a ser considerados crimes contra o meio ambiente.

De acordo com o projeto, os estoques de produtos contendo DDT existentes no país quando a lei for publicada deverão ser incinerados em 30 dias, com a adoção dos cuidados necessários para que sejam evitados os riscos e a poluição ambiental para a saúde humana e animal. A proposição estabelece ainda que o Poder Executivo realizará, num prazo de dois anos, estudo de avaliação do impacto ambiental e sanitário causado pelo uso do DDT para controle de vetores de doenças humanas na Amazônia.

Na justificativa da proposta, o senador lembra que o DDT provocou uma verdadeira revolução agrícola quando começou a ser utilizado, por elevar significativamente a produtividade das principais culturas, e foi usado também para controle de vetores de doenças humanas.

- Trata-se de uma substância que apresenta grande poder de diluição na água e nas gorduras e que, no solo, permanece sem alteração de sua estrutura molecular por até 20 anos. Em razão dessas características, acarreta sérios agravos à saúde humana e animal, afetando os sistemas imunológico e neurológico, mas, sobretudo, acometendo a estrutura celular do sistema nervoso central e gerando danos irreversíveis à estrutura nervosa.

O senador destaca que foram encontrados animais contaminados por DDT no Ártico, o que, segundo ele, demonstra que a contaminação pelo inseticida atinge todo o planeta.

Tião Viana lembra que o DDT, ape-

sar de proibido em mais de 40 países, continua sendo utilizado como componente de inseticidas domésticos em várias partes do mundo subdesenvolvido e constitui a única alternativa para o controle da malária nos países pobres da África, Ásia e América Latina.

O uso do DDT do Brasil foi proibido por ato do Ministério da Agricultura, em 1995. Apesar da proibição, persiste



Tião Viana propõe a incineração dos estoques de DDT em 30 dias após a publicação da lei

tem estoques do produto e seu uso não foi totalmente interrompido, segundo o senador.

Em 97, a partir de uma representação do deputado federal Fábio Feldman, junto ao Ministério Público, a Justiça federal declarou moratória ao uso do DDT, decidindo que deveria ser banido no combate à malária no ano 2000. As autoridades sanitárias, no entanto, já haviam abandonado o seu uso em 95. Contudo, entre 90 e 95 cerca de três mil toneladas do produto foram empregadas na Amazônia para o controle da malária. No fim da década de 80 e no início desta, como forma de controlar casos importados de malária nas regiões Sul e Sudeste, as autoridades sanitárias utilizaram o inseticida também nessas regiões, informou Tião Viana.